

Feiras livres, interseccionalidades e seus rebatimentos na saúde mental

*Open-air markets, intersectionality
and their repercussions on mental
health*

Sheslane Maria da Silva Primo, Lázaro Batista

Resumo

Trata-se de estudo que se voltou ao conhecimento de algumas das condições de saúde mental e psíquica de feirantes do agreste de Alagoas. O estudo tomou como elemento de partida o reconhecimento das feiras livres como expressões socioculturais ainda hoje muito presentes no cotidiano das cidades nordestinas, juxtapondo esse elemento de regionalidade a outros marcadores sociais como relações de gênero, raça e classe. Trata-se de pesquisa quanti-quali, de caráter exploratório, que abarcou como procedimentos a observação participante e posterior aplicação de instrumentos de rastreio para uso abusivo de álcool e transtorno mental comum (TMC) junto a uma amostra não-probabilística. Como resultados, aponta-se para o modo como as interseccionalidades percebidas na feira produzem formas singulares e muitíssimo frequentes de vivência de adoecimento e sofrimento psíquico, com o trabalho de feirante sendo ainda mais um elemento de impacto sobre os sujeitos.

Palavras-chave

Feiras livres, interseccionalidade, saúde mental.

Abstract

This study focuses on understanding the mental and psychological health conditions of street vendors in Alagoas, Brazil. It begins with the recognition of street markets as sociocultural expressions that are still prevalent in the daily lives of cities in the Northeast, juxtaposing this aspect of regionality with other social markers such as gender, race, and class relations. This research employs both quantitative and qualitative methods in an exploratory manner, incorporating participant observation and the subsequent application of instruments for detecting alcohol abuse and common mental disorders (CMD). The findings highlight how the intersectionality observed in the markets leads to unique and frequent experiences of illness and mental suffering, with the role of market vendors significantly impacting their well-being.

Keywords

Open-air markets, intersectionality, mental health.

**Sheslane Maria da
Silva Primo**

**Universidade Federal de
Alagoas**

Doutorado em Psicologia Social (UFF), Mestre em Psicologia Social (UFS) e Graduado em Psicologia (UFS). Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - campus Arapiraca/PDI e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFAL

sheslane.primo@arapiraca.ufal.br

Lázaro Batista

**Universidade Federal de
Alagoas**

Doutorado em Psicologia Social (UFF), Mestre em Psicologia Social (UFS) e Graduado em Psicologia (UFS). Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - campus Arapiraca/PDI e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFAL

lazarobatista@palmeira.ufal.br

Introdução

Este texto busca apresentar os resultados de pesquisa que objetivou mapear as condições gerais de saúde de trabalhadoras e trabalhadores de três feiras livres de diferentes cidades da região Agreste do estado de Alagoas, circunscrevendo seus achados a alguns marcadores sociais da diferença.

Para tanto, parte da compreensão teórica das feiras livres como centros populares destinados à comercialização dos mais diferentes produtos e ao abastecimento da população, mas também espaços social e econômico fundamental para a construção da identidade regional no Nordeste, uma vez que elas foram responsáveis pelo surgimento dos povoados que se tornaram posteriormente as cidades do interior da região (DANTAS, 2008). Como esse autor, as feiras estavam inicialmente relacionadas à expansão e comércio da pecuária, tendo como reflexo o povoamento ao entorno desses polos de negociação. E, posteriormente, pela comercialização dos produtos excedentes das produções agrícolas que influenciou no conseqüente avanço das relações comerciais e sociais, de modo que são, ainda hoje, polos influentes para economia e movimentação dessas cidades.

Em virtude do alto nível de integração com a forma de organização social nordestina, as feiras estão profundamente envolvidas nos sistemas de mercado regional. Muitas vezes elas deixam de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo difícil distinguir até que ponto elas dependem da cidade ou a cidade depende delas. Ou seja, além de sua importância urbana e regional, elas desenvolvem o processo de comercialização e trocas inter-regionais (PAZERA JR., 2003).

Ainda a esse respeito, Durval Albuquerque Jr. (2011) aponta que a identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido a existências cada vez mais sem significado. No caso da identidade regional do/a nordestino/a, esse autor irá apontar que é, antes de mais nada, construída a partir de um estereótipo em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais e artificialmente criadas. Para ele, essas identidades acabam por carregarem em sua representação social a discriminação, marginalização e miséria que se enraizou em todo o ideário cultural brasileiro a respeito da região Nordeste.

Ela pode ser restrita exclusivamente a um centro urbano ou ainda a um conjunto de municípios ou mesmo toda uma região (DANTAS, 2008). Ao mesmo tempo, são lugares onde se dá uma grande diversidade de atividades paralelas, com uma série de encontros e reencontros, de conversas, de manifestações populares e de sociabilidade que ultrapassam a dimensão estrita de centro de comércio. Assim, acreditamos que observar o fluxo das feiras é dar maior visibilidade à dinâmica das relações sociais, das relações de trabalho e de toda uma movimentação que ocorre dentro, em seus limiares e ao entorno dela, reverberando por todo o comércio local e sobre as pessoas que ali se encontram (MOTT, 1975).

Nesse sentido, é importante indicar como ocorrem os atravessamentos da cultura regional local, formas de trabalho e processos de subjetivações experimentados por pessoas na sua relação com a feira. Como premissa para tais questões, parte-se do entendimento de que o ser humano se constitui a partir do contexto no qual está inserido e conseqüentemente, também, suas formas de adoecimento e de enfrentamento às adversidades. Trata-se de entender as identidades que se produzem em determinado local, considerando que isso ocorre de maneira processual e constante, nem sempre sendo uma experiência prazerosa ao sujeito - especialmente nas situações em que ele é coagido a corresponder aos traços identitários demandados pelo grupo a que pertence (CIAMPA, 2002).

Sendo assim, observar a feira é também observar para além daquele espaço, possibilitando perceber esses fatores históricos, culturais, políticos, que ganham vida e sentido nas práticas sociais. Como aponta Sato (2012), ela se estrutura como uma vasta rede de relações sociais em que se misturam diferentes gramáticas sociais e regras de funcionamento e organização próprias. Como produto social, sua dinâmica particular de funcionamento mistura relações de cooperação e de competição, numa composição que “alarga-se para diversos lugares além daqueles nas quais as feiras livres se instalam e se corporifica no chão do cotidiano por meio de conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos” (SATO, 2012, p. 101). Para Batista, Guimarães e Baú (2018), isso inclui prestar atenção à feira como espaço em que se atualizam, inclusive, as possíveis relações de dominação que influem na construção dos sujeitos.

Processos de dominação e seus rebatimentos sociais: algumas pistas analíticas

Ao falarmos em processos de dominação, estamos aqui fazendo menção ao modo como, também nas feiras livres, podem ser percebidos como práticas como racismo, o classismo e machismo se cruzam cotidianamente. Collins e Bilge (2020) indicam esses cruzamentos a partir do conceito de interseccionalidade. De acordo com essas autoras do feminismo negro, a interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito. Mas, como somos simultaneamente integrantes de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito.

Primeira autora a fazer menção a esse termo, Kimberle Crenshaw (2012) irá argumentar que são exemplos disso o fato de homens e mulheres frequentemente sofrerem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças vivenciarem o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber.

É a partir desse entendimento que se pode falar de formas de dominação interseccionada (CRENSHAW, 2012; COLLINS; BILGE, 2020). São processos que alcançam a negação ou diminuição de direitos, reduzindo as disposições afetivas e políticas de reconhecimento daquelas como vidas plenamente vivíveis (BATISTA; NARDIN; MACHADO, 2021). Os efeitos mais elementares disso é seu impacto sobre a dimensão íntima dos sujeitos afetando seu direito à vida psíquica livre, retirando-lhe o direito de se sentir pertencente aos seus grupos e provocando seu adoecimento mental e psíquico (ZANELLO, 2018).

Por isso, é imprescindível lançar o olhar ético-político quanto às consequências dessas diversas formas de opressão, racial, étnica, econômica, de gênero etc., tentando compreender como seu entrecruzamento afetam o bem-estar psíquico-físico. Afinal, como aponta Bader Sawaia (2017), o sofrimento psicossocial varia quantitativamente e qualitativamente, segundo o contexto social e, em cada um deles, segundo a classe social, o trabalho profissional, a idade e o gênero, bem como variam as ideologias defensivas que o acompanha. Dois indicativos do modo como processos de dominação impactam sobre a saúde é referente aos padrões de uso e abuso de álcool e à incidência de transtornos mentais não severos nos grupos mais vulnerabilizados de nossa sociedade.

No caso do uso e abuso de álcool, os dados mais recentes do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool apontam que quase um em cada cinco brasileiros consomem em excesso ou apresentam problemas de dependência química com essa substância psicoativa (CISA, 2023). Em

qualquer lugar onde o álcool esteve presente, seu consumo foi acompanhado de regras e padrões sociais variáveis, conforme os usos e significados atribuídos à substância em cada cultura (THOMPSON, 2020). Numa sociedade moderna complexa, composta de muitos subgrupos, os padrões de consumo de cada um deles podem refletir suas características específicas, bem como a estrutura cultural de toda a sociedade. Embora essas normas sejam variáveis conforme o tempo histórico, a cultura e os grupos sociais, determinados padrões e modelos podem ser reconhecidos no estudo das sociedades.

Quando considerados marcadores sociais como gênero, sexualidade, condições econômicas e mesmo raça, é interessante perceber que as variações nos padrões de consumo de diferentes países indicam que as normas culturais prescritas por eles influenciam mais do que as diferenças fisiológicas (STEVELY *et al.*, 2020). Ou ainda, que os padrões de consumo são mais ou menos tolerados a depender de onde se localizam os sujeitos e os papéis sociais que performam (STEVELY *et al.*, 2020).

Nesse sentido, por exemplo, são os códigos culturalmente e socialmente postos que explicariam um consumo de álcool mais frequente entre homens do que entre mulheres, já que padrões de uso abusivo seriam socialmente mais tolerados e aceitos para os homens (SILVA *et al.*, 2019). Ao mesmo tempo, são definidos padrões de conduta contrários ao uso de álcool para mulheres. Segundo, Simão, Kerr-Correa e Dalben (2002) quando as mulheres são usuárias de álcool a perda do apoio social acontece mais rapidamente do que com os homens devido à baixa tolerância ao fato de beberem abusivamente, além serem vistas como renunciando dos papéis de esposas, mãe, filhas, entre outros.

Essas interseccionalidades também evidenciam as formas singulares de vivência do adoecimento e sofrimento psíquico de homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres na sociedade brasileira. Esses contrastes incidem transversalmente nas esferas da vida social, refletindo-se no acesso à educação, saúde, qualidade de vida, (saneamento básico, água encanada, esgoto tratado), inserção no mercado de trabalho, acesso à informação, justiça e cidadania (VASCONCELOS; COSTA, 2015). Quando são discutidas as desigualdades sociais na área da saúde, fala-se de aspectos sociais que de alguma maneira, colocam os indivíduos ou determinados grupos sociais em desvantagem, em relação aos demais (MATSUMOTO, 2013). Em decorrência disso, Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022) apontou que questões como o racismo, e diversas outras situações de discriminação, sejam explícitas ou sutis, produzem estresses e traumas. E esses traumas, a longo prazo, podem desencadear transtornos psicológicos. Tais questões dialogam com o fato do Brasil ser o país com a maior prevalência de ansiedade no mundo e segundo nas Américas quando o tema é depressão (OMS, 2022).

Ainda, segundo a Organização Mundial de Saúde, o fator gênero também implica diferentes suscetibilidades e exposições a riscos específicos para a saúde mental, não só por conta dos processos biológicos, mas também pelas relações sociais. Isso se torna notório, quando consideramos que uma em cada cinco mulheres apresenta Transtornos Mentais Comuns (TMC) e a taxa de depressão é, em média, mais do que o dobro da taxa de homens com o mesmo sofrimento, podendo ainda ser mais persistente nas mulheres (CAPISTRANO *et al.*, 2021). Ou seja, ser mulher perpassa papéis, comportamentos, atividades e oportunidades que determinam o que se pode experimentar ao longo da vida e, portanto, estabelece vivências estruturalmente diferentes daquelas experimentadas pelos homens.

Dejours (2018), em seus estudos sobre a saúde do subproletariado, compreendeu a relação entre pensamento, emoção, e ação, ao analisar a vergonha existente na afirmação da doença, sendo uma “ideologia defensiva”. Esse autor conclui, então, que havia uma resistência muito grande em falar da própria doença e sofrimento pelos significados que eram

socialmente atribuídos a esse comportamento. Trabalhadores faziam associação entre doença e vagabundagem, de modo que estar doente significava interromper o trabalho profissional para os homens e o doméstico para as mulheres, o que equivale a ser irresponsável pelo cumprimento de seus papéis sociais dominantes.

Em face disso tudo, torna-se fundamental compreender as formas de adoecimento psíquico e mental de trabalhadores informais das feiras livres, mas sem reduzi-los a questões meramente individuais. Enfim, compreendendo-os como indícios de sofrimento ético-político, produzidos e explicados pelas relações interseccionais de poder em que se inserem.

Metodologia

Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório quanti-quali (GIL, 2017), que tomou como campo as feiras livres dos municípios de Palmeira dos Índios, Arapiraca e Taquarana, municípios localizados na região agreste do estado de Alagoas.

O estudo foi conduzido entre os meses de novembro de 2022 e junho de 2023, dividido em dois momentos. Primeiro, uma fase exploratória de campo, com visitas às feiras em novembro de 2022, com vistas à observação dos processos de trabalho e registro em diário de campo. Posteriormente, entre março e junho de 2023, com a aplicação dos seguintes instrumentos de produção de dados:

1) Questionário Geral Sociodemográfico, com o objetivo de levantar informações acerca das condições de vida e de acesso a bens materiais dos sujeitos, de modo a estabelecer um perfil geral dos trabalhadores de feiras livres em Alagoas;

2) *Alcohol Use Disorders Identification Test* (AUDIT). Questionário desenvolvido, validado e recomendado pela OMS para detecção do consumo excessivo de álcool e apoio à avaliação breve pelos profissionais. Ele contém 10 questões a respeito do uso de bebidas alcoólicas no último ano, sintomas de dependência e problemas relacionados ao álcool. A pontuação total pode variar entre 0 e 40 pontos e, a depender dela, os respondentes são classificados em um dos quatro perfis: consumo de baixo risco ou abstinência (0-7 pontos), consumo de risco (8-15 pontos), uso nocivo (16-19 pontos) e possível dependência (20-40 pontos) (BRASIL, 2014).

3) Questionário de Saúde Geral (QSG-12). Instrumento de rastreamento criado por Goldberg e amplamente utilizado na triagem para detecção de transtornos mentais não-severos ou comuns (TMC). Os transtornos mentais comuns são aqueles comumente encontrados nas comunidades e cuja presença sinaliza uma modificação em relação ao funcionamento rotineiro normal (PORTUGAL, 2015). Na versão utilizada, o instrumento é composto por 12 questões, cada uma com quatro opções de resposta escalonadas, sempre relacionadas aos últimos três meses. O cálculo da pontuação toma como codificação um método binário em que as duas respostas sintomáticas mínimas pontuam 0 e as duas respostas mais sintomáticas pontuam 1. A menor pontuação total do QSG-12 é 0 e a pontuação total extrema é 12, considerando-se que pontuações acima de 2 são indicativas de TMC (MASSUD; BARBOSA; GOUVEIA, 2007).

Participantes

Participaram do estudo um total de 104 trabalhadores/as de feiras livres das cidades de Arapiraca, Taquarana e Palmeira dos Índios. Considerando que essa categoria de trabalho é itinerante, com um mesmo trabalhador costumando transitar entre feiras de diferentes localidades, os participantes residiam tanto na própria cidade onde foram ouvidos ou em

outra cidade. Ao todo, a amostra foi composta por feirantes oriundos de onze municípios da região agreste de Alagoas.

Quanto ao tipo de atividade, foram listadas na amostra 17 tipos diferentes delas, com existência, inclusive de feirantes que comercializam mais de um tipo de produto. As principais formas de venda, ocupação e fonte de renda daqueles que compuseram a amostra foram a venda de frutas, verduras, farinha e/ou feijão, cortes de carnes, trabalho como ajudante ou carroceiro.

No que se refere às informações pessoais e sociodemográficas, observou-se que: a média de idade foi de 39,87 anos (DP=13,5), com idade mínima de 18 anos e máxima de 72 anos e 54,3% dos/as participantes se identificou como pertencente ao gênero feminino. A amostra foi composta majoritariamente por pessoas negras (72,4%), com quase 65,7% dela formada por pessoas que não tinham chegado a concluir a educação básica. Quanto ao estado civil, 54,3% relataram serem ou estarem casadas/os atualmente, com uma composição familiar que ia de um a seis componentes (média de 2,8 pessoas por família). Por fim, quanto à renda familiar, a amostra foi composta em sua totalidade por pessoas das classes C e D, dentre as quais 85,7% recebiam no máximo um salário-mínimo com o trabalho que executavam.

Aspectos éticos

Por meio desses instrumentos, pretendeu-se conhecer as condições de saúde mental e psíquica entre os participantes, de maneira a subsidiar intervenções que levem em consideração tais achados técnicos. Explicita-se, de partida, que a cada sujeito foram expostos os objetivos do estudo, informado e garantido o sigilo dos dados, assim como a apresentação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme previsto nas resoluções 466/12 e 510/16 do CNS. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL (CAAE: 58708722.6.0000.5013, Parecer nº 5.448.266).

Procedimentos de Análise

Para a análise dos dados, foram adotados dois procedimentos. Primeiro, utilizou-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 21 para tabulação, estabelecimento de frequências absoluta, relativa e mediana (valor mínimo e máximo) e aplicação de diferentes testes não-paramétricos. Em complemento, tomou-se as contribuições de Hill Collins e Bilge (2020) para submeter os resultados à confrontação com as ferramentas analíticas da interseccionalidade. A partir disso, procedemos à categorização e sistematização dos resultados, triangulando com o referencial teórico e os objetivos previamente estipulados (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021).

Resultados e discussão

A partir da aplicação dos diferentes instrumentos e dos procedimentos de análise feitas, a sistematização dos resultados resultou na emergência de duas categorias de análise interdependentes, as quais, para maior dinamicidade são apresentadas em separado a seguir.

Interseccionalidades dos padrões de consumo de álcool entre feirantes

Sendo o álcool um produto cultural, a forma e os significados de seu consumo são culturalmente definidos. Desse modo, diversos fatores, como tipo de bebida consumida, quantidade, frequência, horários e locais preferidos de ingestão, os rituais que a acompanham, o sexo e a idade do bebedor, os papéis sociais e de gênero envolvidos no consumo, deverão ser considerados como variáveis importantes para nos ajudar a entender o consumo de determinados grupos sociais (CISA, 2023). Com isso em mente, um primeiro eixo analítico de resultados refere-se ao rastreamento dos padrões de consumo entre feirantes, com especial interesse na detecção de possíveis problemas do uso abusivo.

A esse respeito, do total de pouco mais de uma centena de feirantes que participaram do estudo, 82 relataram consumir álcool muito raramente ou serem completamente abstêmios. Outros 12, mencionaram um consumo esporádico, sendo, de acordo com os padrões de consumo do instrumento utilizado, consumidores de risco. Desse modo, a aplicação do AUDIT à amostra apresentou uma incidência de 11, 5% (n=11) dos/as entrevistados/as como tendo problemas de consumo ou possível dependência de bebidas alcoólicas. Esse número representa estatística consideravelmente inferior ao percebido na população em geral (CISA, 2023).

Tabela 1: Padrão de consumo de álcool entre feirantes do agreste alagoano

Padrão de Consumo	n	%	% total
Consumo de baixo risco ou abstinência	82	78,1	78,1
Consumo de risco	12	11,4	89,5
Consumo nocivo ou de alto risco	3	2,9	92,4
<i>Provável dependência</i>	8	7,6	100,0
Total	105	100,0	

Sem deixar de considerar a maior frequência de comportamentos abstêmios, queremos destacar a discrepância em relação aos padrões de uso abusivo na população em geral e no contexto pesquisado. Em alinhamento com a literatura de referência, acreditamos que isso reflete o tabu que envolve o consumo de álcool de acordo com as normas sociais, principalmente por quem faz uso abusivo. Inclusive, por mulheres, já que a maior parte da amostra foi composta por respondentes do gênero feminino.

Assim, a primeira questão que pode explicar essa porcentagem inferior à média nacional é a de que as respostas podem não terem sido fiéis aos níveis de álcool que de fato seriam consumidos pelos participantes. É importante levar em consideração as especificidades do campo e o contexto situacional de aplicação do instrumento, que se deu em local aberto, de constante fluxo de pessoas, em seus horários de trabalho, podendo ocasionar um desconforto ainda maior ao ser tratado um tema delicado como a dependência de álcool. Durante a aplicação, foi possível perceber frequentes tentativas de boicote pelos/as participantes, que comumente expressavam desconforto e vergonha de algum julgamento, com situações em que eram denunciados de omissão, mentira, e suavização das respostas por seus/as cônjuges ou pessoas próximas que estavam ajudando nas atividades. Acreditamos que isso interferiu, criando um viés negativo contra relatos de consumo mais frequente.

Nesse primeiro eixo também se inserem as análises feitas considerando o cruzamento entre os padrões de consumo de álcool e alguns marcadores

sociais da diferença. Para isso, foram correlacionados os dados obtidos no AUDIT com as informações pessoais coletadas pela aplicação do Questionário Sociodemográfico. A esse respeito, destacam-se aqui duas questões: uma no quesito do papel de gênero e outra do fator socioeconômico, apresentando relação estatística significativa em relação ao uso de álcool por esses sujeitos. No caso de cruzamentos entre o item raça e padrões de consumo, não foram encontradas evidências significativas.

Ao comparar os padrões de consumo de álcool entre os gêneros, foi possível constatar, através do teste de U de Mann-Witney, que houve uma diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres ($U=1015,000$; $p<0,05$), com uma frequência maior entre os respondentes do sexo masculino ($MD=1,0$; $AI=1,0$) com índices de uso recreativo, de risco e abusivo de álcool maiores do que o das mulheres ($MD=1,0$; $AI=0,0$).

Esse dado de pesquisa corrobora com os padrões de consumo por gênero no Brasil (CISA, 2023), podendo ser explicado principalmente pelas influências socioculturais que definem determinado papel social para o homem e outro para a mulher. Sabe-se que as normas sociais definidoras dos papéis de gênero orientam e restringem comportamentos, sinalizando o que é próprio e impróprio a cada indivíduo em determinado contexto. No caso do consumo de álcool, os dados apontam para um endosso através dos códigos sociais tidos como tipicamente masculinos: como ser agressivo, vigoroso, ter maior controle emocional e consumir bebidas alcoólicas (SILVA *et al.*, 2019).

Ou seja, os dados confirmam que também no caso das feiras livres esse padrão de consumo seria culturalmente e socialmente mais aceito para homens do que para mulheres. Portanto, explicado principalmente pela estrutura de dominação de nossa sociedade que é influenciada por forças como o patriarcado, sexismo e machismo em que se definem papéis sociais, padrões de conduta e estigmas ao consumidor de álcool de acordo com seu gênero (SIMÃO; KERR-CORREA; DALBEN, 2002).

Outro dado refere-se ao consumo de álcool de acordo com a atividade desenvolvida. Considerando a amostra utilizada, foi possível constatar que o consumo se mostrou mais frequente entre feirantes que desempenham funções de mais baixo prestígio social, como ajudantes, vendedores ambulantes sem ponto fixo (ambos, $MD=2,5$, $AI=3,0$) e carroceiros ($MD=2,0$; $AI=3,0$). Dessa maneira, a análise dos dados indica uma possível correlação entre a vulnerabilidade socioeconômica e o uso problemático do álcool.

Conforme apontado na literatura, questões socioeconômicas interferem diretamente na forma de consumo do álcool, já que dizem respeito ao acesso e garantia aos bens de consumo essenciais a condições dignas de vida e do bem-estar físico e psíquico, o equilíbrio emocional e a perspectiva de futuro (STEVELY *et al.*, 2020). Dessa maneira, o uso mais frequente entre feirantes de postos mais desfavorecidos no já precário mundo do trabalho das feiras pode ser indicativo das formas de resposta às instabilidades e insalubridades dessa situação, com condições nem sempre ideais de trabalho e dificuldade na obtenção da renda, por exemplo. Como aponta a literatura, é comum que em situações estressoras, especialmente relacionados ao trabalho, o hábito de beber seja visto como um apaziguador e mecanismo de relaxamento (CISA, 2022), podendo ser esse o caso dos/as diferentes participantes.

Por fim, também é importante entender que tais significados atrelados à procura por essas substâncias psicoativas podem ser tanto positivos quanto negativos (STEVELY *et al.*, 2020). Esse aspecto deve ser ainda mais considerado, se tivermos em conta que as feiras são históricos espaços de compartilhamento e sociabilidade – sendo reconhecidas como local de festividade e reunião – e que o consumo de álcool está exatamente vinculado à confraternização em nossa sociedade.

Saúde mental e dominação interseccionada

Um segundo eixo analítico refere-se à sistematização dos dados acerca do adoecimento mental dos/feirantes e algumas das possíveis relações disso com atravessamentos dos marcadores sociais da interseccionalidade desses sujeitos. Como primeiro elemento, destaca-se o fato de a aplicação do Questionário de Saúde Geral ter indicado que 49,5% (n= 52) dos/as feirantes entrevistados/as apresentavam indícios de presença de Transtornos Mentais Comuns. Tal número, considerando as taxas de TMC entre a população em geral referidos na literatura, apontam para quadros de adoecimento psíquico e emocional duas vezes mais prevalentes entre os/as trabalhadores/as de feiras livres do que das demais pessoas (BRUNORI, 2021).

Tabela 2: Indicativo de presença de Transtorno Mental Comum entre feirantes do agreste alagoano

	N	%	% total
Sem TMC	53	50,5	50,5
Indicativo TMC	52	49,5	100,0
Total	105	100,0	

Afora isso, os resultados indicam estatísticas também preocupantes quando considerada a sintomatologia relatada pelos/as feirantes. Nesse quesito, destacaram-se: perda ou irregularidade de sono (36,2%), frequente tensão ou agonia (32,7%), percepção de humor deprimido (30,8%) e sensação de impotência para superar dificuldades (25%). Conforme aponta Sato (2012), feiras livres são notórias por abrigar vínculos precários de trabalho em termos de proteção social, o que por si já implicaria em forte carga e impacto sobre a saúde mental dos/as trabalhadoras. Os resultados acima constataam isso, ao tempo em que recobram a necessidade de colocar no centro da reflexão sobre o adoecer a maneira pela qual o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com o mundo social a que pertence (grupos, família, comunidade, sociedade mais ampla), compreendendo: como ser de razão que trabalha, como ser ético que compartilha e se comunica, como ser afetivo que experimenta e gera prazer e como ser biológico que se abriga, se alimenta e se reproduz, com um corpo que, além de ser determinado pelo universalismo do biológico, é antes uma realidade simbólica (SAWAIA, 2017).

Dessa maneira, essa altíssima incidência de possível adoecimento mental entre feirantes do agreste alagoano somente pode ser compreendido à luz dos atravessamentos sociais desses sujeitos. Assim, retornarmos, primeiramente, ao perfil dos/as sujeitos da pesquisa, majoritariamente composto por mulheres (54,3%), negros (72,4%) e pobres (85,4%) formando uma intersecção de três marcadores de exclusão social.

Em face disso, esse segundo eixo analítico buscou verificar e comparar a ocorrência de TMC quando colocados especificamente em cruzamento com alguns desses marcadores sociais. O primeiro deles, o item cor da pele/raça do/a participante. Para isso, executamos o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis, o qual indicou haver maior prevalência de transtorno mental comum entre negros comparado com brancos, mas sem que essa diferença fosse estatisticamente significativa [$X^2(2) = 0,0; p > 0,01$]. Ou seja, ao menos na amostra analisada, o componente raça não foi identificado como um marcador social que interferiu na maior ou menor presença de transtorno mental, o que indica um dado não alinhado ao visto na literatura (OMS, 2022).

Já no que se refere ao marcador de gênero, através do teste de U de Mann-Witney, que se constatou uma diferença estatisticamente significativa quanto à prevalência de TMC entre feirantes do gênero feminino ($U=1275,000$; $p<0,05$). O que significa dizer que, dentre os/as trabalhadores de feira que participaram do estudo, houve maior incidência de TMC relato por aquelas que se identificaram como do gênero feminino.

A partir desse perfil, é possível reconhecer certo alinhamento dos resultados à histórica prevalência de transtorno mental entre esses grupos no Brasil (OMS, 2022; ZANELLO, 2018). Portanto, o que esses resultados apontam é exatamente o modo como essas interseccionalidades produzem formas singulares e muitíssimo frequentes de vivência do adoecimento e sofrimento psíquico de homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres na sociedade brasileira (VASCONCELOS; COSTA, 2015). Com o trabalho na feira sendo ainda mais um elemento comum, com condições, dificuldades, benefícios e garantias semelhantes e do mesmo modo impactantes sobre sujeitos já com histórico de encabeçar as estatísticas.

Também foi perguntado aos participantes suas percepções a respeito dos impactos que a feira livre teria sobre sua saúde. É importante mencionar que era possível descrever tanto percepções positivas quanto negativas. De modo geral, a percepção foi de que o trabalho na feira não produziria danos ou prejuízos à saúde. Foi isso o apontado por 80% dos respondentes. Avaliamos que isso tema ver com o indicado por Sato (2012), quando relata que as relações de trabalho na feira mesclam-se com relações familiares, de amizade e de vizinhança, de modo que a percepção para muitos dos/as feirantes acabam sendo de benefícios à saúde oriundos do trabalho ou convívio, embora estejam mentalmente doentes em virtude também das atividades desenvolvidas.

Isso se torna notório quando consideramos que, dentro do grupo dos participantes com possíveis problemas de ordem psíquica, a percepção da feira como local indutor de adoecimento é três vezes superior (69,2%) ao do grupo de pessoas sem indicativo de TMC (30,8%). Conforme apontado por esses sujeitos, tal adoecimento estaria relacionado a algumas especificidades do trabalho, tais como condições ergonômicas inadequadas, privação do sono e dificuldades nas relações interpessoais. Nesse sentido, foram relatados como os problemas de saúde mais comumente percebidos por essas pessoas a privação e sono ($n=8$), dores nas costas e coluna ($n=5$) estresse e cansaço mental ($n=4$). Esses dados, finalmente, podem ser problematizados à da psicodinâmica do trabalho como indicativos da falta de percepção acerca do próprio adoecimento e consciência da relação entre ele e as condições de trabalho, ou até mesmo a falta delas (DEJOURS, 2018).

Considerações Finais

Conclusivamente, acreditamos que o estudo oferece uma contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas sociais que influenciam questões de saúde mental em um contexto inusual de pesquisa em psicologia. De modo geral, os resultados apontam para o modo como as interseccionalidades de gênero, classe e raça produzem formas singulares e muitíssimo frequentes de vivência de adoecimento e sofrimento psíquico, com o trabalho na feira sendo ainda mais um elemento de impacto sobre os sujeitos.

Somado às especificidades regionais, das quais as feiras livres são elementos de primeira ordem, conclui-se pela necessidade de positivar as feiras como fundamentais à compreensão das formas de subjetivar-se com/no Nordeste brasileiro. Ao mesmo tempo, desvela-se a necessidade de abordagens interseccionais na análise dos padrões de consumo e da saúde

mental, com tais aspectos remetidos e justapostos à dinâmicas sociais e às relações de poder que compõem a trama da feira.

Sem demérito dessas observações, é importante mencionar que a pesquisa também apresenta limitações. A possível subnotificação do consumo de álcool, aliada a uma amostra que pode não ser representativa da totalidade dos feirantes, limita a generalização dos resultados. Além disso, a escolha de instrumentos de avaliação, embora apropriada, pode não abranger a totalidade das variáveis que afetam a saúde mental e o consumo de álcool. Por isso, recomenda-se a ampliação de estudos que partam de cenários semelhantes, abarcando amostras e estratos mais amplos ou não contemplados nesse estudo.

Por fim, também se advoga pela importância e necessidade de considerar tais contextos situados como locus privilegiado de pesquisa e produção de conhecimento em Psicologia Social. Essa compreensão das especificidades pode informar políticas públicas e intervenções que promovam não apenas a saúde física, mas também o bem-estar mental dos sujeitos.

Sobre o artigo

Recebido: 11/04/2024

Aceito: 11/05/2024

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A Invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BATISTA, L.; GUIMARÃES, M. L. P.; BAÚ, A. C. Feiras, limiares e fronteiras: entre regulamentações biopolíticas e astúcias cotidianas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 01-12, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n4/08.pdf>. Acesso em: 12/08/2023.

BATISTA, L.; NARDIN, L.; MACHADO, I. Breves histórias de Cruviana: precariedade, morte e obrigações éticas nas imagens de vidas-dejetos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, v. 2, p. 495-512, 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Intervenção Breve: módulo 4**. Brasília: SENAD, 2014.

BRUNORI, A. et al. Prevalence and risk factors of psychiatric symptoms and diagnoses before and during the COVID-19 pandemic: findings from the ELSA-Brasil COVID-19 mental health cohort. **Psychological Medicine**, v. 53, n. 2, p. 446 - 457, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0033291721001719>. Acesso em 05 set 2023.

CAPISTRANO, A. B. P *et al.* **Caminhos em saúde mental**. E-book. Instituto Cactus, 2021. Disponível em: https://institutocactus.org.br/wp-content/uploads/2022/02/LivroDigital_CaminhosSaudeMental_Final.pdf. Acesso em 05 set 2023.

CIAMPA, A. C. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (Org.). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002, p. 133-144.

CISA - Centro de Informações sobre Saúde e Álcool. **Álcool e a Saúde dos Brasileiros: Panorama 2023**. Online. Disponível em: https://cisa.org.br/images/upload/Panorama_Alcool_Saude_CISA2023.pdf?utm_source=sitecisa&utm_medium=cpc&utm_campaign=panorama_2023&

[utm_id=panorama2023&utm_term=panorama%2Bsaude%2Balcool&utm_content=btnlink](#). Acesso em 29 de agosto de 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 177-182, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/8794>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. **Revista Mercator**, v. 20, n. 1, p. 91-106, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2021.2001.0006>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASSUD, M., BARBOSA, G. A., GOUVEIA, V. Indicadores de saúde mental. In: BARBOSA, G. et al (Orgs.). **A saúde dos médicos no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2007, p. 29-48.

MATSUMOTO, D. S. Mulheres e álcool: uma questão de gênero. **Serviço Social e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 237-257, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/sss.v12i2.8639497>. Acesso em: 29 set 2024.

MOTT, L. R. B. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco. Tese de doutorado (Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 1975.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **World mental health report: Transforming mental health for all**. Online. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acesso em 05 set 2023.

PAZERA JR., E. **A Feira de Itabaiana-PB**: permanência e mudança. Tese de Doutorado (Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PORTUGAL, F. B. **Sofrimento psíquico na Atenção Primária**: reflexos na qualidade de vida. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SATO, L. **Feira Livre. Organização, Trabalho e Sociabilidade**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SAWAIA, B. B. Trabalho e sofrimento ético-político IN: SAWAIA, B. B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**. 14ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2017, p. 97-118.

SILVA, T. S. *et al.*. Gênero e consumo de álcool entre jovens: avaliação e validação do Inventário de Conformidade com Normas Masculinas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3495-3506, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.23952017>

SIMÃO, M.; KERR-CORREA, F.; DALBEN, I. Mulheres e homens alcoolistas: um estudo comparativo de fatores sociais, familiares e de evolução. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 24, n. 3, p. 121-129, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DTJdnrTmxgV9vB89MGzC7nC/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

STEVILY, A. K., et al. Drinking contexts and their association with acute alcohol-related harm: A systematic review of event-level studies on adults'

drinking occasions. **Drug and Alcohol Review**, v. 39, n. 4, p. 309–320, 2020.
DOI: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dar.13042>.

THOMPSON, J. **Alcohol: A History**. New York: HarperCollins, 2020.

VASCONCELOS, I.; COSTA, E. Gênero e Raça: Dominação, Resistências e Pressupostos Teóricos. **Textos & Debates**, Boa Vista-RR, v. 27, n. 2, p. 247-488, 2015.

ZANELLO, V. **Saúde Mental e Gênero: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.